

# Tamer admite erros em Altamira

RAUL THADEU

O coordenador geral da Polícia Civil, Paulo Tamer, admite a ocorrência de erros e desmandos policiais em Altamira ao longo do curso das investigações dos crimes que vêm sendo cometidos contra crianças desde 1989, naquele município. A indignação da população altamirense contra a atuação de policiais despreparados, os chamados "bate-pau", segundo o chefe da instituição, é uma consequência da falta de aprimoramento da própria Polícia que somente a partir de 1989 começou a preparar, na Acadepol, o policial de carreira, cuja primeira turma formou-se no segundo semestre de 1991.

Atualmente, diz Tamer, o cargo de delegado é privativo do policial de carreira e esse quadro começa a mudar. O efetivo policial do sul do Pará, por exemplo, até pouco tempo formado de "bate-paus", hoje é completamente constituído de policiais de carreira. "Bate-pau", explica o chefe da Polícia, "é o policial comissionado, indicado por políticos e nomeado pela Secretaria de Estado de Administração, a SEAD". Altamira, lamentavelmente, foi, durante os primeiros anos de investigação dos crimes, vítima dos "bate-paus", mas esse quadro, assegura o delegado, está mudando.

Paulo Tamer explica o regime de alta-rotatividade a que estão sujeitas as equipes — delegados e investigadores — em atuação nas sedes municipais: "A medida obedece a uma necessidade imperiosa do serviço da Polícia. Não havia pessoal qualificado para atuar em todos os municípios, daí a necessidade de remoção e substituição para que o pessoal passe pelo maior número possível de municípios". Relativamente ao caso específico de Altamira, ressalva, a remoção e substituição completa das equipes não deverá mais causar problemas porque já não são essas equipes a se ocuparem do caso, mas uma equipe fixa da DOPS, em atuação conjunta e harmônica com a Polícia Federal.

## Críticas ao MPE

O coordenador geral de Polícia Civil refuta as afirmativas prestadas a O LIBERAL pela diretora da Secretaria Geral do Ministério Público, procuradora de Justiça Edith Marília Maia Crespo, dando conta de que a Polícia Federal entrou no caso por ma-

nifestação do Ministério Público, em nível federal, junto ao ministro da Justiça Maurício Corrêa. Paulo Tamer afirma que tais afirmativas não procedem, o que de fato ocorreu, diz, foi a tomada de consciência coletiva da gravidade da situação por parte dos órgãos responsáveis. Essa tomada de consciência efetivou-se em esforço conjunto do qual participaram a Secretaria de Segurança, através da DOPS, o Tribunal de Justiça do Estado, o Ministério Público Estadual e a Superintendência da Polícia Federal. Da soma de esforços entre os diversos órgãos decorreram providências na esfera de cada um. A Segup marcou presença com a entrada da DOPS no caso, a Polícia Federal recebeu autorização para investigar os crimes, o Poder Judiciário nomeou uma juíza específica para atuar na esfera judicial e o Ministério Público designou promotor específico para acompanhamento das investigações. Em suma, diz, cada órgão designou pessoas ou grupos para o aprofundamento das investigações.

"O que houve foi isso", insiste Tamer. "Não foi o Ministério Público em particular o responsável pelas providências que produziram os primeiros resultados efetivos — as prisões de Amailton Madeira Gomes; dos médicos Anísio Ferreira de Souza e Césio Brandão; e do ex-PM Carlos Alberto dos Santos, o A. Santos. O que aconteceu foi condicionado pela gravidade da situação, pelo clamor nacional que os crimes produziram e, principalmente, pela necessidade de uma apuração mais profunda dos fatos. E os resultados apareceram. "A polícia", diz Tamer, "tem sido bombardeada de modo injusto por vários segmentos da sociedade e pelo Ministério Público também, de uma forma que não condiz com a realidade.

"Se procedem as acusações feitas pela procuradora de Justiça, no sentido de que a polícia não atendeu aos vários pedidos de diligências solicitados pelo Ministério Público no caso das mortes com emasculação dos menores, então por que a procuradora não tomou providências de plano contra o não atendimento das diligências? Ela poderia muito bem instaurar ação penal contra os delegados responsáveis, aliás essa é uma competência institucional do Ministério Público, por que não fez isso?", dispara, mais uma vez com pontaria certa, o chefe da



Tamer culpa os "bate-pau"

## Polícia.

Paulo Tamer adverte que enquanto estiver comandando a Polícia Civil a instituição não vai se acovardar diante de críticas: "Vamos devolvê-las todas", garante o delegado que se confessa partidário da política do "bateu levou". O lado disciplinar da Polícia, diz Tamer, é o que mais funciona e isso em relação a qualquer outro órgão público, inclusive o Ministério Público. A Polícia, repete Tamer, faz a auto-crítica, os demais agem como o fari-seu da parábola de Cristo que vê o cisco no olho do outro, mas não vê a t. ve no seu próprio.

Para se ter um exemplo, rebate o delegado, eu mesmo, quando à frente da DOPS, fiz a prisão do ex-secretário de Transportes do governo Gueiros, Luiz Otávio Campos, envolvido comprovadamente em crime de peculato, os mesmos crimes praticados por PC e Collor de Mello. Posteriormente, o Pleno do TJE veio a arquivar a denúncia oferecida pelo Ministério Público contra o ex-secretário, hoje presidente da Câmara Municipal de Belém, porque a peça continha erros técnicos e jurídicos. Nem por isso a Polícia criticou os erros técnicos do Ministério Público.

## Fio da meada

A polícia, afirma Tamer, exerce o primeiro combate contra o crime e, por isso mesmo, é muito incompreendida por pessoas que desconhecem a natureza des-

se trabalho. No caso de Altamira, por exemplo, nós já temos o fio da meada, ou seja, o fio condutor que deverá conduzir-nos no final das investigações a todos os envolvidos e à motivação do crime. Esse é o objetivo maior das investigações que estão sendo procedidas, descobrir a motivação dos crimes. Tamer afirma que a polícia não descarta a possibilidade de que os criminosos sejam fanáticos de uma seita satânica, nem mesmo a hipótese de um experimento científico maluco, algo como a ação criminosa de um cientista louco, uma espécie de Joseph Mengele redivivo. Para o raciocínio policial, diz ele, o absurdo não pode ser descartado.

O chefe da Polícia garante que no caso das mortes dos meninos de Altamira a polícia já não está tateando. "Nós deixamos de tatear quando chegamos nos suspeitos que já estão presos. Agora é prosseguir objetivamente com as investigações. Temos que esclarecer efetivamente o que está ocorrendo em Altamira, por isso, o tempo que dispendermos nessa busca não nos preocupa, nos preocupa a qualidade do trabalho que estamos desenvolvendo. O delegado afirma que já há novos suspeitos na mira da polícia, embora ressalve que a prisão deles ainda depende do fortalecimento de indícios e evidências. Mesmo assim, Tamer garante que não demorará muito para que a polícia faça novas prisões e traga outras pessoas de Altamira para indiciamento criminal por envolvimento nos estupros, emasculação, tortura e morte dos meninos de Altamira.

Finalmente, o delegado esclarece que o bloqueio de informações sobre a marcha das investigações para a imprensa se impõe por questões estratégicas. É preciso que os criminosos não sejam alertados pelo noticiário da imprensa sobre os passos da polícia. As investigações, pelo menos por enquanto, devem caminhar sigilosas, para não comprometer os resultados perseguidos. Por outro lado, confessa o delegado, preocupou muito à Polícia as informações vindas de Altamira dando conta do sumiço de jornais com notícias sobre o caso e até mesmo da retirada do ar de programas de televisão com informações sobre os crimes. Quanto ao ex-PM que está evadido, Tamer diz que ele está sendo caçado pela Polícia Federal, inclusive em outros Estados.